



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº de 2025
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para debater a literatura acessível no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso II, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de debater a literatura acessível como direito cultural e instrumento de inclusão para pessoas com deficiência. A proposta visa discutir os desafios, boas práticas e possibilidades de fomento à produção, circulação e fruição de obras literárias que sejam, desde sua concepção, pensadas com recursos de acessibilidade. Nesse sentido, sugere-se a participação dos seguintes convidados para a composição da mesa de debate:

- Representante do Ministério da Cultura;
- Representante do Ministério da Educação;
- Carina Alves, idealizadora do projeto Literatura Acessível e fundadora do Instituto Incluir;
- Professor Allan Damasceno, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisador da área de acessibilidade e inclusão;
- Manoel Cavalcante – escritor;
- CONADE

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal assegura, em seu art. 215, o direito de acesso às manifestações culturais como um direito de todos os cidadãos, devendo o Estado garantir





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY

Apresentação: 15/04/2025 11:25:48.207 - CPD

REQ n.63/2025

meios para seu pleno exercício. No entanto, o direito à leitura e à fruição literária por pessoas com deficiência ainda encontra diversas barreiras materiais e simbólicas.

A literatura acessível não se trata apenas de adaptar conteúdos já prontos, mas de pensar, desde a origem, obras que reflitam a diversidade dos sujeitos leitores, com e sem deficiência. Essa abordagem exige políticas públicas integradas que incentivem autores, editoras, escolas e bibliotecas a produzir e disponibilizar livros acessíveis como regra, e não como exceção.

A audiência pública proposta será espaço estratégico para promover um debate intersetorial e participativo, buscando ampliar a visibilidade do tema, consolidar o direito à leitura acessível como política de Estado e incentivar boas práticas já existentes, como o Projeto Literatura Acessível de Carina Alves.

Diante do exposto, solicito o apoio dos (as) Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de de 2025.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



* C D 2 5 0 9 8 0 2 9 4 1 0 0 *